

Consequências de uma opção

As proporções da crise que assoberba a Educação brasileira permitem, por muitos ângulos, a percepção do problema. O primeiro, empírico, decorre da rotineira rejeição, pelo mercado de trabalho, do profissional legalmente habilitado, recém-diplomado mas incompetente, incapaz, portanto, de cumprir à altura as exigências de um setor competitivo e sujeito a contínua renovação tecnológica. Tal verificação, costumeiramente atribuída a um exclusivo malogro do ensino universitário do País, começa a ser melhor investigada. Pesquisa realizada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Fundação Carlos Chagas, em quatro capitais brasileiras, concluiu que o ensino de segundo grau oferecido pela rede pública ou privada é fraco, do que resulta o despreparo de alunos, assim impossibilitados de enfrentar, satisfatoriamente, seja um vestibular, sejam as exigências mínimas de mercado de trabalho.

Evidentemente, essa conclusão não desculpa a penúria educacional em que vivem as universidades brasileiras, porquanto ela traduz, simplesmente, o início do reconhecimento oficial de que a Educação é um processo, que, no caso brasileiro, malogrou como um todo. A nosso ver, o dado mais preocupante da pesquisa do MEC é a confirmação de que, dos quatro mil alunos de segundo grau avaliados, os mais despreparados são os do curso de magistério, os futuros professores do primeiro grau. São estes que possuem a menor bagagem intelectual, a menor soma de conhecimentos e serão estes, exatamente, os responsáveis pelo futuro. Quem se der ao trabalho de conhecer o estarrecido "Perfil Estatístico de crianças e

mães no Brasil", do IBGE, perceberá que a *tendência* é antiga: o analfabetismo de crianças e adolescentes subiu de 31,7% em 1981 a 33,8% em 1986, evoluindo a evasão escolar entre os 7 e os 9 anos de 70,6% para 83,6, no mesmo período. Caberá dúvida quanto à influência do deficiente preparo do professor primário na construção de tais números?

Os outros alunos de segundo grau que não optaram pelo magistério também apresentaram desempenho especialmente criticável. De nada adianta enumerar o que não sabem — o que a pesquisa cuidadosamente revelou — em português ou matemática, mas sim investigar por que a escola não ensina o que é necessário, e quais as razões que impedem o aluno de assimilar o mínimo que lhe foi oferecido. O ato de aprender implica contínua exposição a uma situação nova, resolvida a partir das estruturas que o educando foi construindo para si, com a colaboração do professor. Seria o que se pratica na escola brasileira, mesmo nos sistemas de ensino supostamente bem estruturados, como o de São Paulo? No ensino de primeiro grau reina o mais absoluto descaso pelos níveis de evolução cognitiva da criança — e, assim, o que esperar dos resultados em matemática? —, enquanto no segundo grau dedica-se o mais completo desprezo ao conteúdo ministrado.

No caso específico do segundo grau ficou fora de moda insistir em revitalização do conteúdo; o que passou a importar foi a formação crítica do aluno! O resultado dessa *opção*, que os livros didáticos incumbiram-se de consolidar, é que o jovem e o seu professor passaram a considerar-se dispensados de aprender, de acumular co-

nhecimento, preocupados que estavam em criticar... O MEC começa agora a conhecer os resultados dessa escolha, que o mercado de trabalho já há muito havia identificado. E se de fato, começa-se a reconhecer que a Educação é um processo, conviria dispensar maior atenção a todos os condicionantes que envolvem o amplo processo de Educação da criança brasileira.

Não resta dúvida de que a capacitação profissional do professor é o elemento primordial, sendo a questão salarial um item dessa capacitação. Consta de alguma meta dos presidencialíveis um programa nacional de recapacitação desse educador? No que se refere ao ato de aprender, que depende essencialmente da evolução cognitiva da criança, até quando desconsideraremos olímpicamente o papel da *babá eletrônica*? Vale observar que tal assunto é sempre tratado pela óptica da violência explícita, por exemplo aquela que se vê nos desenhos animados, discutível do ponto de vista da psicologia infantil. Ora, quando se preocupará o Ministério com a anulação do desenvolvimento cognitivo implícito no todo dessa programação destinada às crianças, que vai do banal absoluto até uma erotização absurda e precoce? Até que os resultados da próxima pesquisa venham a confirmar os péssimos resultados da escola de primeiro grau?...

Há muito se detecta a agonia da Educação brasileira. A pesquisa da Fundação Carlos Chagas quantifica-a, agora. De fato, o MEC cumpriu parte do seu papel ao identificar os lamentáveis contornos do problema. Com quem ficam as responsabilidades pelo encaminhamento das soluções?